

## O Olho, a voz e a imagem da Rua: o documentário “Mais um...” como instrumento de denúncia e empoderamento

The Eye, the voice and the image of the Street: the videodocumentary “Mais um...” as an instrument of empowerment and social denunciation

**Morgani Guzzo**

Universidade Estadual do Centro Oeste. Rua Padre Salvador, 875, 85015-430, Guarapuava, PR, Brasil.  
morganiguzzo@gmail.com

**Níncia Cecília Ribas Borges Teixeira**

Universidade Estadual do Centro Oeste. Rua Padre Salvador, 875, 85015-430, Guarapuava, PR, Brasil.  
ninciaborgesteixeira@yahoo.com.br

---

**Resumo.** O Centro de Comunicação e Cultura Popular Olho da Rua é uma entidade que desenvolveu projetos de comunicação e cultura popular e comunitária de 2007 a 2013. Assim como os outros produtos desenvolvidos nessa organização, o vídeo-documentário “Mais um...” busca problematizar e denunciar o preconceito e a discriminação racial, ao mesmo tempo em que busca (re)formar as subjetividades e as representações sobre a juventude negra, um grupo social marginalizado. Utilizando de depoimentos de diversos jovens que vivenciam a realidade do preconceito e da discriminação, o documentário constitui um discurso político de resistência e denúncia, usado como instrumento para dar visibilidade às vozes geralmente silenciadas pela grande imprensa e pelos enquadramentos dados pelos conteúdos disseminados a respeito dessa minoria social. Da mesma forma, esse produto audiovisual busca resgatar a autoestima e lutar por um discurso que refute os conteúdos e os padrões compartilhados pela mídia e pela sociedade.

**Palavras-chave:** comunicação comunitária, documentário, juventude negra.

**Abstract.** The Center for Communication and Popular Culture Olho da Rua is an organization that developed culture and popular/community communication projects from 2007 to 2013. Like the other products developed in this organization, the video documentary “Mais um...” raises questions and denounces prejudice and racial discrimination while it aims at (re)forming the subjectivity and the representations of black youth - a marginalized social group. Using the testimonies from several young people who experience the reality of prejudice and discrimination, the documentary is a political speech of resistance and denunciation used as a tool to give visibility to voices often silenced by the press and by the “framing” given by the contents scattered about this social minority. Likewise, this audiovisual product operates to rescue self-esteem and to struggle for a discourse that refute the standards of the media and the society.

**Keywords:** community communication, documentary, black youth.

---

### A invisibilidade e a resistência: questão racial e representação

O ano é 2013. O 4º Boletim de Análise Político-Institucional (Bapi) do Instituto de Pes-

quisa Econômica Aplicada (IPEA, 2013a) é lançado em 17 de outubro, simultaneamente em Brasília e no Rio de Janeiro e torna-se notícia em alguns dos maiores jornais diários do país. Na nota publicada no próprio *site* do Ipea, o

principal enfoque foi dado aos dados que mostram a violência racial no Brasil, apresentados pelo diretor da instituição.

*[...] Daniel Cerqueira apresentou dados que mostram que, no Brasil, a probabilidade do negro ser vítima de homicídio é oito pontos percentuais maior, mesmo quando se compara indivíduos com escolaridade e características socioeconômicas semelhantes (IPEA, 2013c).*

A importância dos indicadores apresentados no Bapi – que revelam que os negros têm expectativa de vida 114% menor que os brancos com relação aos homicídios – fez com que surgisse uma crítica à cobertura dada por dois dos maiores jornais diários impressos do Brasil. O artigo intitulado “O genocídio dissimulado”, publicado por Luciano Martins Costa na edição 768 do Observatório da Imprensa, em 19 de outubro de 2013, chama a atenção para a negligência dos veículos na apresentação dos dados da pesquisa, que caracteriza a violência – simbólica e mortal – vivida pelas populações negras no Brasil. O artigo começa assim:

*Pequena nota escondida no meio de uma coluna do Estado de S.Paulo e uma reportagem mais extensa no Globo mostraram, na sexta-feira (18/10), como a imprensa brasileira, tão homogênea ao lidar com a política e a economia, pode divergir e até ser negligente ao tratar de assuntos mais complexos.*

*Os dois textos se referem a um estudo divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre racismo no Brasil. Basta citar uma das conclusões do trabalho para ilustrar como esse tema deveria merecer muito mais destaque nos jornais: por causa da violência seletiva, a expectativa de vida de um homem jovem brasileiro, negro ou pardo, é menos que a metade da de um homem branco da mesma idade (Costa, 2013).*

A crítica de Luciano Martins Costa – que demonstra diversos dados da pesquisa recolhidos do Boletim completo ao invés de repetir a prática do Estadão e do O Globo que, segundo ele, somente informaram os poucos dados apresentados pelo presidente do Ipea no dia do lançamento<sup>1</sup> – gira em torno de uma denúncia de “[...] uma espécie de racismo institucional, no qual o próprio Estado, por seus agentes, atua de forma discriminatória com base na cor da pele” (Costa, 2013). A pesquisa do Ipea coloca no papel, em números estarrece-

dores, uma violência vivida cotidianamente pelas populações de negros e pardos no Brasil há mais de séculos.

*Genocídio é uma expressão criada pelo jurista polonês Raphael Lemkin, em 1944, e significa a exterminação sistemática de pessoas, motivada por critérios étnicos, de nacionalidade, religião, quase sempre com objetivo de eliminar minorias. Os números contextualizados pelo Ipea revelam a persistência de uma política de extermínio causada ou permitida por instituições públicas no Brasil, seja pelo desinteresse em atender ocorrências que têm negros e pardos como vítimas, seja pela ação letal da polícia quando esses cidadãos estão envolvidos ou são suspeitos de participar de ações delinquentes (Costa, 2013).*

O artigo de Costa (2013) entra em consonância com o discurso de vários movimentos sociais, organizações não-governamentais e grupos da sociedade civil que representam a população negra. Com a herança de séculos de escravidão, esse grupo etnicamente representado pela cor de suas peles ainda sofre as mais diversas violências em uma sociedade que insiste em se autodenominar democrática e plural. Nesse cenário, os grupos organizados da sociedade civil que representam as minorias sociais buscam formas de afirmar-se nessa sociedade, ao mesmo tempo em que denunciam as várias formas de preconceito e discriminação sofridos por seus semelhantes.

Um exemplo interessante é o documentário “Mais um...”, produzido em 2008 pelo Centro de Comunicação e Cultura Popular Olho da Rua (CCCP Olho da Rua), em parceria com o Fórum de Juventude Negra do Espírito Santo (FEJUNES) para a Campanha Estadual Contra o Extermínio da Juventude Negra. O produto audiovisual é resultado de um trabalho de comunicação comunitária e popular de Vila Velha, no Espírito Santo, e apresenta relatos e dados sobre a violência contra negros naquele estado por meio de depoimentos que tratam sobre a “violência seletiva” tão comum para as populações de jovens negros na periferia das cidades.

Esse documentário funciona como um discurso de resistência. A importância de sua produção dentro de uma organização não governamental (ONG), com participação dos moradores da própria comunidade, é essencial para fundamentar o que o CCCP Olho da

<sup>1</sup> O arquivo de apresentação do Boletim em PDF pode ser acessado no site do IPEA (IPEA, 2013b).

Rua propõe: utilizar-se das mídias disponíveis para inverter a lógica do consumo massificado de conteúdos dos grandes veículos de comunicação; e capacitar os jovens da comunidade a produzirem seus próprios conteúdos e buscarem a reflexão e a solução para os problemas enfrentados, principalmente aqueles ligados à discriminação de suas identidades e de sua cultura.

Com base nos estudos sobre representação, linguagem e identidade, principalmente o viés adotado pelos pesquisadores Stuart Hall (1997) e Roger Chartier (1991), iremos analisar o conteúdo do documentário “Mais um...” com o objetivo de verificar, a partir dos depoimentos, quais as construções de representação e de identidade sobre o(a) jovem negro(a) de periferia estão instituídas na sociedade e como é construído o discurso de resistência na voz dos entrevistados.

### **Sentidos compartilhados: as representações como “forma de ver” o mundo**

Nossa cultura é constituída de significados partilhados. Para Stuart Hall (1997), a linguagem é o meio privilegiado pelo qual damos sentido às coisas, por meio do qual o significado é produzido e no qual há seu intercâmbio. Os significados só são partilhados entre sujeitos que possuem acesso comum à linguagem.

O significado que damos ao mundo ao nosso redor – as coisas em si não têm significados, são as pessoas que imprimem o significado, de acordo com o contexto (Hall, 1997) – dá-nos um senso de nossa própria identidade, de quem somos e a quem “pertencemos”. Portanto, ele está atrelado a questões sobre como a cultura é utilizada para demarcar e sustentar a identidade entre grupos. Os significados regulam e organizam nossas condutas e práticas.

De acordo com Zygmund Bauman (2005), a questão da identidade está estreitamente ligada à condição de não pertencimento, ou seja, existe na oposição do que se é e o que (tudo aquilo) que não se é. Mesmo assim, ele argumenta que devemos nos tornar conscientes de que tanto o “pertencimento” quanto a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante

negociáveis e revogáveis, ou seja, “[...] as decisões que o indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o ‘pertencimento’ quanto para a ‘identidade’ (Bauman, 2005, p. 17). Por isso, trataremos aqui da construção da identidade, da ideia de que “ter uma identidade” é uma tarefa a ser realizada, não uma condição sem alternativa, como destino.

Da mesma forma, ser parte de uma cultura não quer dizer compartilhar de todos os significados produzidos nela (assim como não ocorre o pertencimento a todas as identidades ou o compartilhamento de todos os valores instituídos por dada sociedade). Já que os significados dependem das pessoas de acordo com o contexto, eles sofrem alterações relacionadas às mudanças que ocorrem na sociedade. Uma descoberta científica pode alterar o significado que imprimimos a respeito de uma doença, por exemplo. Grupos podem imprimir significados diversos a respeito de determinado objeto ou prática, como ocorre na percepção de determinado tema sob o olhar de diferentes grupos religiosos.

De acordo com Hall (1997), a linguagem é uma prática, um exercício de significação. As linguagens funcionam através da representação, são “sistemas de representação”. A representação é o que liga o significado e a linguagem à cultura, isto é, ela é parte essencial do processo pelo qual o significado é produzido e intercambiado entre os membros de uma cultura. Segundo a abordagem construcionista<sup>2</sup>, os significados são produzidos pela prática, pelo “trabalho” da representação, ou seja, fazem parte de um sistema de signos e conceitos convencionados pela sociedade e ligados ao seu contexto histórico.

De acordo com a abordagem de Roger Chartier (1991), o caráter social da representação também é evidente. Segundo o teórico, a representação é um “esquema intelectual” no qual a realidade ganha sentido, ela é construída e pensada de acordo com o local, a idade, a ideologia e o grupo social que constrói a representação.

Segundo Chartier (1991), a representação do mundo está ligada à posição social dos indivíduos e, portanto, é histórica, construída ao longo do tempo. Sendo assim, as representa-

<sup>2</sup> Stuart Hall faz uma distinção, em seu texto, entre a abordagem reflexiva, a abordagem intencional e a construtivista ou construcionista. Esta última subdivide-se em semiótica e discursiva. Trataremos aqui somente da abordagem discursiva. As definições completas podem ser consultadas em Hall (1997).

ções não são discursos neutros, pois produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade, uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas. O poder, nesse aspecto, depende do crédito concedido à representação. No caso das minorias sociais, o poder da representação é que é minoritário e não a quantidade de pessoas pertencentes ao grupo – mulheres e negros, por exemplo, são maioria em quantidade de pessoas no Brasil, mas constituem minorias sociais, já que o poder de influência e representação desses grupos é inferior.

Assim como Hall (1997), Chartier (1991) reconhece que a representação é inseparável da prática. Ao analisarmos o documentário “Mais um...”, produzido pelo CCCP Olho da Rua, iremos verificar qual é a forma de apropriação das representações sobre a população jovem e negra feita pelos entrevistados para o vídeo, ou seja, como esses jovens são subjetivados pelo outro – pela polícia, pelo empregador –, de que forma essas representações dão significado ao que veem, leem e vivenciam na sociedade, assim como influenciam nas suas práticas e posturas cotidianas.

### **A ação de empoderamento do CCCP Olho da Rua: comunicação comunitária para formação de jovens produtores de mídia em busca de novas representações**

De acordo com Ilse Scherer-Warren (2006, p. 122-123), o trabalho de mediação das ONGs e dos movimentos sociais é direcionado ao empoderamento dos sujeitos por meio de práticas sociais e pedagógicas que podem ocorrer em três etapas: (i) atuar no sentido de resgatar a dignidade dos sujeitos socialmente excluídos, de resgatar positivamente suas raízes culturais, simbólicas, estéticas, etc., potencializando as iniciativas para enfrentar e resolver problemas sociais; (ii) promover novas formas de ação coletiva junto às populações excluídas, potencializando os mecanismos de reconhecimento social, de solidariedade, de cooperação, de confiança, de reciprocidade, enfim, construindo uma nova ética para o social; e (iii) associar-se a outras experiências empoderando-se, assim, na direção de uma rede de movimento social. Essas etapas constituiriam, de acordo com a pesquisadora, o trabalho de empoderamento democrático e de inclusão social das bases, possibilitados pelo combate à exclusão, pela luta por direitos, pelo reconheci-

to da diversidade dos sujeitos e do pluralismo de ideias e pela promoção da democracia nos mecanismos de participação.

Essas etapas enumeradas por Scherer-Warren (2006) podem ser encontradas também em projetos de comunicação popular. De acordo com Mario Kaplun (1996), essa prática é uma “comunicação pedagógica” com a finalidade de possibilitar a participação da comunidade na produção e na difusão de conteúdos e promover a problematização de sua realidade.

Dentre as iniciativas de organizações não governamentais que partilham da luta por direitos (civis, políticos, socioeconômicos, culturais, ambientais), aquelas que têm como enfoque o direito à comunicação geralmente realizam ações mais amplas, com enfoque no desenvolvimento e na preservação da cultura, da identidade e na educação para a cidadania – enfoque ligado à primeira etapa do processo mencionado por Scherer-Warren (2006), de resgate da dignidade dos sujeitos excluídos. Maria da Glória M. Gohn (2003) define esse tipo de organização como “cidadã”, ou seja, aquelas voltadas para a reivindicação dos direitos de cidadania, que atuam no espaço urbano, tanto no campo popular como no não popular. Essas entidades constroem redes de solidariedade, promovendo ou participando de programas e serviços sociais básicos e emergenciais (campo popular) e atuam junto a minorias discriminadas (campo não popular). “[...] As ONGs cidadãs têm uma grande atuação junto aos canais de comunicação e em nível de políticas públicas, fornecendo subsídios para sua elaboração, fiscalizando-as ou fazendo denúncias quando ocorrem violações e omissões” (Gohn, 2003, p. 14).

Scherer-Warren (2006) argumenta que é no espaço das mobilizações de base local que se reafirmam e consolidam as identidades coletivas, reforçando o sentimento de pertencimento, os simbolismos das lutas e os projetos/utopias que são significação e longevidade aos movimentos. Ou seja, é nesse espaço de empoderamento político e simbólico das organizações de base local que as representações sociais instituídas são postas sob rasura e questionadas de forma crítica e, a partir desses questionamentos, é que nascem as frentes de luta para mudança social ligada às questões de cultura, identidades e às representações das minorias de periferia, por exemplo.

O Centro de Comunicação e Cultura Popular Olho da Rua é uma entidade sem fins lucrativos de Vila Velha, Espírito Santo, que iniciou



suas atividades em 2005 a partir do projeto “Olho da Rua – Grupo Experimental de Comunicação”. Durante os três primeiros anos, o projeto abrangeu a comunidade Primeiro de Maio, oferecendo cursos de produção de revistas e de programas de rádio envolvendo jovens da comunidade. Na página *online* da entidade, na seção “Apresentação”, a definição é de uma “[...] organização social que utiliza a produção de mídia e de outros elementos culturais para fomentar o debate sobre os diversos problemas sociais e opressões vivenciadas no cotidiano”. Os projetos, de acordo com a organização, buscam estimular um olhar crítico sobre os meios de comunicação e sua relação com a sociedade, ou seja, a iniciativa corrobora para a formação de uma audiência mais ativa, atuante e crítica.

De acordo com os pressupostos desenvolvidos por estudiosos como Cicília M. K. Peruzzo (2004, s.d.) e Mário Kaplun (1996), iniciativas que estimulam o olhar crítico sobre os meios de comunicação e sua relação com a sociedade são consideradas essenciais dentro de projetos de comunicação popular, comunitária ou alternativa. Sobre a última, Cicília M. K. Peruzzo (2009, p. 132) argumenta que, em seu conjunto, ela representa uma “contracomunicação”, ou seja, uma outra comunicação, elaborada no âmbito dos movimentos populares e das “comunidades” e que visa exercitar a liberdade de expressão, oferecer conteúdos diferenciados, servir de instrumento de conscientização e, assim, democratizar a informação e o acesso da população aos meios de comunicação, de modo a contribuir para a transformação social<sup>3</sup>.

De acordo com Kaplun (1996), o primeiro passo para o desenvolvimento da comunicação popular, comunitária ou alternativa é compreender de que forma funciona o sistema de comunicação e como é possível estimular a comunidade para fazer parte da produção de conteúdos sobre seus próprios problemas, suas identidades e seus interesses. Este é um dos objetivos do CCCP Olho da Rua:

*Um dos objetivos primordiais da instituição é dar condições à juventude de comunidades populares de produzir e transmitir as suas próprias informações. Para isso, desenvolvemos nossos projetos na perspectiva da comunicação popular, que*

*estimula o diálogo entre as pessoas e possibilita que a comunidade cresça em organização, em consciência política e na compreensão da própria realidade (Olho da Rua, [s.d.].a).*

O interesse em problematizar as mensagens veiculadas pelos principais grupos de comunicação do país está intrinsicamente ligado à percepção de como os valores, as identidades e as representações sociais das comunidades de periferia são retratadas (ou tratadas) nesses meios de comunicação. Segundo a entidade, “[...] há um problema com o atual sistema de comunicação do país (e do mundo), visto que os meios de comunicação de massa [...] influenciam cada vez mais as discussões do nosso dia-a-dia, a nossa visão de mundo e o desenvolvimento dos nossos valores e nossa cultura” (Olho da Rua, [s.d.].c).

O argumento de José Marques de Melo (*in* Melo *et al.*, 2006, p. 28) a respeito do papel das “elites” no fortalecimento da democracia corrobora essa percepção do CCCP Olho da Rua a respeito da influência dos meios de comunicação de massa nas visões de mundo instituídas. Segundo o teórico, “[...] o desprezo pelas camadas sociais que constituem a base da nossa pirâmide social explica a natureza episódica, residual e intermitente dos espaços dedicados ao povo em movimento, vale dizer, à construção da nossa cidadania, na grande mídia”. Ele acredita, porém, que esse espaço vai se ampliando na medida em que os cidadãos organizados em associações, de moradores, clubes de mães, sociedade beneficentes e mutirões cívicos arregimentam suas próprias forças.

De acordo com a justificativa do CCCP Olho da Rua, suas atividades desempenham um papel importante não só na formação de leitores/espectadores críticos da mídia tradicional, mas na produção de conteúdos que querem fazer jus às identidades e problemáticas da comunidade que representa. Além de buscar uma reflexão a respeito da democratização da comunicação (ampliar a quantidade de canais de rádio e TV nas mãos de grupos de minoria, de comunidades, de entidades sem fins lucrativos), a organização leva em conta a análise sobre as representações identitárias da mulher, do negro e da juventude de periferia em todos os materiais que são produzidos

<sup>3</sup> Referimo-nos à “comunicação alternativa” no sentido de comunicação independente, “livre”, desvinculada dos aparatos governamentais e empresariais de interesse comercial ou político conservador. Ao abordarmos as produções do CCCP Olho da Rua, enquadraremos tais materiais como parte da corrente de comunicação popular, alternativa e comunitária, segundo a definição de Peruzzo (2009).

pelos grupos organizados pelo CCCP Olho da Rua. A preocupação com a diversidade cultural também é explícita na missão da entidade:

*Contribuir, através da luta pela democratização da comunicação, para a construção de uma sociedade igualitária, culturalmente diversa e economicamente justa – sem qualquer tipo de opressão de classe, gênero, raça, etnia, sexualidade ou religiosa – que garanta pleno desenvolvimento e participação social da juventude (Olho da Rua, [s.d.]).*

A partir da própria definição do CCCP Olho da Rua, é evidente que a organização enxerga os veículos de comunicação como instrumentos de cidadania e, partindo desse pressuposto, suas ações encorajam jovens a lutar por seu espaço através do discurso produzido e veiculado pela comunidade. A ação popular de educação, cultura e comunicação dessa entidade acaba por fortalecer na comunidade uma postura de resistência aos discursos hegemônicos da mídia – que estimulam o consumo cultural padronizado. Assim, o discurso dos produtos desenvolvidos por essa entidade com participação da comunidade fomenta o debate dos problemas sociais e das opressões vividas no cotidiano, além de estimular o consumo e a produção de bens culturais que estão à margem, na periferia.

Ao permitir que os membros da comunidade produzam as próprias informações (sobre si mesmos), as iniciativas do CCCP Olho da Rua acabam por estimular o diálogo sobre os problemas e as possíveis soluções para a comunidade. Da mesma forma, possibilitam o fortalecimento das identidades e da cultura da comunidade, pois, ao tirar seus membros da invisibilidade, desenvolvem o empoderamento dos cidadãos que se tornam produtores de conteúdo e conscientes de seus papéis e desafios dentro da sociedade.

De acordo com o campo de estudos conhecido como Estudos Culturais e seu desenvolvimento no âmbito da América Latina, a questão política e ideológica está fortemente marcada por trás das manifestações culturais, assim como os discursos estão aliados a uma disputa por poder. Ana Carolina Escosteguy (2001, p. 83), ao expor o trabalho desenvolvido por Jesús Martín-Barbero argumenta que a problemática da comunicação é vista a partir do reconhecimento de uma sociabilidade constituída

pelo conflito e, por essa razão, com as relações de dominação, ou seja, o discurso deve ser lido a partir das relações de poder e dos conflitos que esse poder gera. O pesquisador propõe então uma concepção de “discurso-prática”: se pensado como prática, o discurso carrega-se de um sentido histórico; ao mesmo tempo em que implica a relação do discurso com a língua, o discurso-prática transborda esse limite e se constitui na trama da intertextualidade (discurso de uma sociedade e de uma história).

Dentre os inúmeros projetos desenvolvidos ao longo de 2005 a 2013, o CCCP Olho da Rua produziu revistas, programas de rádio, vídeo-documentários, promoveu a exibição de filmes, entre outros. Em todos os produtos e projetos desenvolvidos, a questão ideológica é fortemente demarcada, assim como a construção de uma identidade de grupo marginalizado pela sociedade em busca de um espaço de manifestação e empoderamento simbólico como forma de autoafirmação.

### **Quem somos: “Mais um” e a problematização da representação da juventude negra**

Todo o discurso de apresentação do CCCP Olho da Rua está fundamentado no objetivo de produção de mídias que trabalhem com a problemática da cultura, da juventude e da comunicação. Todos os produtos desenvolvidos nas oficinas e nos projetos envolvem alguma perspectiva desses três grandes temas, sendo a questão da juventude o elo fundamental para discutir a cultura e a comunicação – da hegemônica para a periférica.

No documentário “Mais um...”, produzido em 2008, os jovens do bairro Feu Rosa (Serra ES), integrantes do Fórum de Juventude Negra do Espírito Santo (Fejunes) e outros moradores de comunidades afirmam sua identidade, ao mesmo tempo em que questionam as representações sobre si mesmos instituídas na sociedade – ou seja, os preconceitos e a discriminação com que vivem, resultado das representações do Outro sobre o(a) jovem negro(a).

A análise que faremos desse produto audiovisual está fundamentada na perspectiva discursiva da abordagem construcionista apresentada por Hall (1997) sobre a representação através da linguagem<sup>4</sup>. Assim, veremos o

<sup>4</sup> Stuart Hall (1997) desenvolve seu texto apoiando-se nos conceitos de “formação discursiva” de Foucault: o discurso como sistema de representação.

discurso como forma de se referir ou construir o conhecimento acerca de um tópico particular da prática: o agrupamento (ou formação) de ideias, imagens e práticas que propiciam formas de falar, formas de conhecimento e conduta associada a um tópico particular, a atividade social ou a localização social na sociedade. Segundo Hall (1997), “discursivo” tem se tornado o termo geral usado para se referir a qualquer abordagem em que o significado, a representação e a cultura sejam considerados constitutivos.

Essa abordagem está preocupada com os efeitos e as consequências da representação, ou seja, com sua ‘política’. Ela examina não apenas a forma como a linguagem e a representação produzem significados, mas como o conhecimento produzido por determinado discurso liga-se ao poder, regula as condutas, forma ou constrói identidades e subjetividades e define a forma como são representadas, refletidas, praticadas e estudadas determinadas coisas. A ênfase da abordagem discursiva reside na especificidade histórica de determinada forma ou “regime” de representação: assinala a forma como as práticas de representação funcionam em situações históricas concretas, na prática real.

É importante apontarmos, também, que como linguagem audiovisual o documentário possui características específicas. Segundo Bill Nichols (2005b), há, na história do documentário, quatro principais estilos. Identificado a partir de 1970, o terceiro estilo nos interessa, pois é aquele que incorpora o discurso direto por meio da utilização de entrevistas. “Às vezes profundamente reveladores, às vezes fragmentados e incompletos, esses filmes forneceram o modelo para o documentário contemporâneo” (Nichols, 2005a, p. 49). Para Ramos, a utilização de depoimentos nos documentários começou na década de 1960, numa estilística que destacava o diálogo como recurso de exposição dos argumentos. Nesse tipo de produção, evidencia-se a valorização do “eu”, aquele que fala em primeira pessoa, e estabelece relações e afirmações tidas como verdadeiras sobre a sua própria vida<sup>5</sup>.

“Mais um...” abrange, em vinte e dois minutos, diversos temas como: o racismo institucional, a violência policial nas periferias, a negação da cultura negra, a representação da mulher negra na sociedade brasileira; todos eles vistos enquanto elementos de um extermínio físico e simbólico da população negra. Ao utilizar dados da violência contra a população negra e de elementos culturais característicos da periferia das cidades – o *rap*, o grafite, a dança de rua, entre outros – o discurso do documentário constrói argumentos para mostrar que há, além da violência física, um extermínio cultural e simbólico que se constitui numa tentativa de erradicação da cultura negra da sociedade brasileira.

O documentário inicia com imagens do morro (da favela, das ‘quebradas’). A música de fundo é *Monólogo ao pé de ouvido*, de Chico Science e Nação Zumbi. As imagens cortam para algumas inserções de depoimentos. As inserções são apenas de algumas frases, ainda sem identificação das pessoas que dizem:

- As formas de praticar o preconceito, de praticar a exclusão, se tornaram mais sofisticadas.
- Eu sou mulher e eu sou negra.
- [...] diferenciados, por que além de morar num bairro pobre, ela tem preconceito muito com pessoas negras, por causa que [sic] pra ela toda pessoa negra é bandido.
- Como a lei pro pobre é de uma forma, e a lei para o rico é de outra.

Após essa introdução, o nome do documentário é apresentado “Mais um...”, e os depoimentos começam. Optamos por deixar as transcrições na linguagem coloquial, da forma mais fiel possível ao jeito e às gírias usadas pelos entrevistados. A primeira parte do documentário trata da violência e do extermínio físico do jovem negro<sup>6</sup>. Os primeiros depoimentos enfocam as formas de preconceito já vivenciadas pelos jovens entrevistados. O primeiro é Rômulo - Projeto Manguerê (São Pedro). A identificação de cada entrevistado é: o nome do indivíduo e o projeto que participa ou o bairro onde mora. Ali, todos estão ligados à mesma identidade: a de jovem, negro e

<sup>5</sup> Os demais estilos definidos por Nichols (2005b) são: o “modelo clássico” ou o “estilo direto da tradição greirsoniana”, cuja característica principal era o voice over; o segundo modelo, chamado “cinema direto” (*Cinéma vérité* no original), no qual a câmera procura capturar o cotidiano sem interferência e “prometia um aumento do ‘efeito verdade’” (Nichols, 2005b, p. 48); o último estilo é o “auto-reflexivo”, misturando passagens observacionais com entrevistas, a voz sobreposta do diretor – ou narrador – com intertítulos, deixando explícito que o documentário é somente uma representação da realidade.

<sup>6</sup> O documentário foi disponibilizado, em três partes, no site de vídeos Youtube. A primeira parte está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xORoedFD-fw> (Olho da Rua, 2010a).

discriminado. Seu lugar de fala é a periferia. O segundo entrevistado, José Eduardo Pereira (Feu Rosa), conta uma história a respeito de sua relação com a polícia.

*Tenho o costume de ir para a praça [...] Ai dá dez e meia, onze horas a gente volta. E me apanharam a primeira vez na praça, aí eu desci mais um pouco me apanharam de novo. [...] E sempre do mesmo jeito. A maioria das vezes eles têm que ser grossa, tem que ser mal educada e mostrar que eles são a lei e que você é um marginal, não existe dúvida! Eles tão certos que vão encontrar alguma coisa com você, um bagulho, algum elemento de roubo, algo assim. Quando eu tava aqui, na esquina de casa, que eles me enquadraram eu falei “caramba”, já de saco cheio e eles: “caramba o quê?” Ai eu falei: “já me apanharam quatro vezes, vocês são a quinta dupla que vem me abordar”. E eles: “a gente tem certeza que você é vagabundo”. Em vez de me entender, de pensar “Caramba, o que esse cara tem de errado? Ele por que ele é preto, por que tem cabelo comprido, por que ele é pobre?”*

O depoimento seguinte, de José Anezio Fernandes do Vale (Feu Rosa), corrobora o anterior: “É o olhar deles que é aquilo que vai definir. Quer dizer, eu olho e vejo se tem cara de bandido. Você? Você não tem. Mas você? Você tem. Ou seja, é um olhar extremamente científico desse policial que sabe quem é; e o principal critério é a cor da pele”. As imagens que seguem após esse depoimento são das ruas, de viaturas policiais. Algumas imagens tiveram edição das cores (o vermelho nas imagens de viaturas e a descoloração nas imagens de jovens negros em close). Como fundo musical, a canção do O Rappa *Todo Camburão tem um pouco de navio negreiro*.

O tópico seguinte é “O extermínio da juventude negra” sobre o qual fala Jeferson Jr. (Fejunes):

*Nós, os negros, os pretos, eles reclamam do Estado, do Governo, uma ação mais preocupada com quem tá morrendo, com os corpos caídos na periferia, nos becos, nos guetos, a gente identifica normalmente que essa pessoa que está morrendo, ela não tá morrendo ao acaso, os que tão morrendo vítimas de assassinato, eles têm cor, eles têm sexo e têm ocupação, têm um lugar que eles ocupam dentro do espaço da cidade. Eles são pretos, são jovens, são homens e normalmente, em sua grande maioria, moradores dos bairros periféricos. Então um estado minimamente sério, um governo preocupado em dar conta da problemática do aumento do número de assassinatos não basta apenas ocupar de forma brutal, de forma violenta com o aparelho policial a periferia. Mas sim que*

*haja ações que de fato mude a leitura da sociedade, das próprias instituições do estado, para com as pessoas, o perfil das pessoas que estão morrendo.*

Nesse momento, o documentário apresenta dados sobre a violência no Espírito Santo e em Vitória, chamando a atenção, por exemplo, para o fato de o Brasil estar em terceiro lugar em uma lista de 84 países com relação ao número de assassinatos de jovens (dados do Mapa da Violência 2004). Os jovens negros têm índice de vitimização 85% maior que os jovens brancos. Em Vitória, no ano 2000, 92% dos homicídios foram de homens jovens até 35 anos; destes, 84% eram negros. Esses índices, contextualizados, mostram mais do que uma sociedade de maioria negra (em número de pessoas), demonstram como, ainda, a violência racial impera em um país em que o negro é tratado como minoria – simbolicamente descartado, diminuído, tornado invisível.

O depoimento seguinte aborda especificamente o imaginário do negro na sociedade e as políticas públicas de reparação. Selecionamos alguns trechos:

*Quando a gente fala de políticas públicas de reparação as pessoas pensam que é mordomia para o povo negro. A verdade não é essa, além do fato de ter de reparar 500 anos de história, sem nenhuma condição social, de vida mesmo, a gente quer incidir diretamente contra esses números [a mortalidade infantil da população negra é campeã; e quando se trata de extermínio da juventude, o perfil é negro entre 15 e 24 anos]. E a possibilidade que eles têm de ascensão profissional é de chegar ser o gari, ser o pedreiro, ser o cara supostamente de papel pior, e papel menor. Quando a gente trabalha com política de cotas, a gente tá dizendo pra ele: “ó, a médio prazo, da sua comunidade, se dá oportunidade de forma democrática, pode sair um doutor, um advogado, um médico, um juiz”. E ele assistindo que o cara do bairro dele, da cor dele, ocupa uma dessas profissões, essas funções, a gente consegue reconstruir um imaginário, um imaginário que tá deturpado. O imaginário dessa juventude que tá na favela, no gueto, na quebrada, ele vai chegar, no máximo, a ser essas profissões que citei, porque a profissão mais imediata, mais fácil, mais alta, é ele se envolver no tráfico de drogas. Porque ali ele ostenta o poder, ele consegue de uma forma superficial, um certo glamour, roupas de marcas, só que infelizmente esse mesmo tráfico que possibilita essa superficial vantagem é o que extermina, junto também com as ações policiais do Estado.*

A representação do jovem negro na periferia já está muito bem delineada na voz dos



depoimentos destes primeiros sete minutos de documentário: visto pelos policiais, é sempre bandido; é a vítima de extermínio, seja policial ou pelo tráfico; dentro da comunidade, o imaginário que se tem da ascensão máxima profissional é de garí, pedreiro ou uma mera peça do jogo do tráfico de drogas. A necessidade de se alterar essa imagem negativa relacionada ao jovem negro está evidente também nos próprios depoimentos: além de políticas públicas de reparação, é preciso que se problematize: por que parece tão instituída essa imagem de preto, pobre e favelado como bandido? Essa reflexão, no entanto, deve ser feita sempre pelo Outro (os policiais, os empregadores), aqueles que avaliam essa juventude, que são capazes de dar oportunidades e de alterar esse imaginário desolador.

Os próximos depoimentos evidenciam a falta de oportunidade de emprego a esses jovens, que é um dos motivos que os fazem apelar para o tráfico de drogas. Uma vez dentro e envolvido nesse “jogo”, é impossível sair. O depoimento de Wagner Cruz do Nascimento (Feu Rosa) traz a problemática do tráfico: “Tudo o que ele conhece, é aquilo ali. Não é que ele não tenha escolha, mas de certa forma ele não tem escolha, ele conhece só aquilo”. Outro jovem entrevistado argumenta que a sociedade – inclusive a própria comunidade – em conjunto com o tráfico e com as forças policiais do estado acabam reafirmando a “pena de morte não declarada” dos jovens negros na medida em que justificam as mortes devido ao envolvimento no tráfico e estão sempre contra as políticas de reparação a favor dos negros. José Anezio Fernandes do Vale levanta uma questão ao tratar dessas mortes ocasionadas no tráfico:

*Porque aquele cara que morreu na troca de tiros com a polícia ou que morreu assassinado por outro traficante na pracinha... Aí o pessoal fala “Não, morreu porque mexia com coisa errada”. Então eu vejo, por exemplo assim, eu vejo minha avó falando isso. [...] Quer dizer, a gente aqui-eta nosso coração porque que bom que não foi comigo, que eu aqui sou uma pessoa correta, não mexo com nada de errado, quer dizer, se alguém que eu julgo ser uma boa pessoa morre, aí eu me indigno. Mas se morre um sujeito que pratica qualquer tipo de crime, ou que mexe com coisa errada, seja um usuário de drogas que deve alguma coisa, sabe, a gente acha que mereceu morrer ou que não tem problema nenhum ele morrer. Quer dizer, vidas diferentes têm pesos diferentes?*

Em seguida a esse depoimento, são mostradas imagens de corpos no chão cobertos com

lençóis ou lonas, de revistas policiais, de presídios repletos de gente (negra) – cenas retiradas do documentário X9 de Marcel Cordeiro. Como fundo musical, toca “A carne”, canção composta por Farofa Carioca e gravada por Elza Soares. A letra (assim como a voz gritante e rasgada da cantora) é um soco no estômago: denuncia inúmeras formas de violência vivida pelos negros todos os dias.

Na segunda parte do documentário (Olho da Rua, 2010b), o assunto é o extermínio cultural e simbólico. Um dos exemplos é com relação à religião de matriz africana – a macumba, a umbanda, o candomblé. O ditado popular “chuta que é macumba” é lembrado por um dos jovens entrevistados como um desrespeito a essa religião.

Outro ponto levantado é com relação aos argumentos usados pela sociedade para desqualificar a necessidade de políticas de reparação baseados no fato de que “Não dá pra classificar quem é preto no Brasil porque todo mundo aqui é miscigenado”. Sobre isso, Jefferson Jr. (Fejunes) argumenta:

*[...] Mas a gente pode indicar três censores, três pessoas muito fáceis para poder dar essa classificação: o policial na hora de indicar quem ele vai abordar [...], a criancinha da escola particular quando pergunta a ela quem são os pretos da sala e o empregador na hora de empregar, usando seu critério da boa aparência quem é o preto e quem é o branco. Com certeza nesse momento de conflito, todo mundo sabe indicar no Brasil quem é o preto e quem é o branco.*

Djavan Marcos Gomes (Fejunes) diz que um dos maiores problemas enfrentados na luta pela igualdade racial no Brasil é o que é chamado de “mito da democracia racial”. É um mito por falsear a realidade dizendo que não há racismo no Brasil, que é um país miscigenado, “[...] só que ele não diz como é que foi construída essa miscigenação, através da imposição cultural, através da negação da cultura das formas religiosas e propagando a ideia de embranquecimento, com a tentativa de erradicar do país o elemento negro”. Argumenta também que é possível ver como as características físicas dos negros são colocadas sempre como pejorativas: é ruim ter cabelo crespo, o nariz mais largo, “[...] por que se impõe um padrão que é branco, tanto físico quanto cultural”.

Nesse aspecto cultural, Naciete Firmiano (Fejunes) aborda a questão do padrão de beleza no Brasil. Segundo ela, o cabelo da mulher negra é mencionado sempre como o cabelo

“duro”, “pixaim”, “bombril”. Ou seja, além do preconceito racial e da discriminação vivenciados cotidianamente por homens e mulheres negros, a mulher ainda tem que superar a discriminação “estética”. Nesse caso, ela aponta a mídia como uma grande responsável por esse padrão aceito socialmente.

*A mídia tem um papel fundamental no estabelecimento e na perpetuação dessa discriminação, uma vez que ela estabelece padrões e modelos a serem seguidos pela sociedade. É interessante a gente perceber que o padrão de belo só existe se contrapondo a um padrão de feio. Ficou acordado no Brasil que o padrão de belo seria o branco e o padrão de feio seria o negro. Consequentemente para a menina negra que cresce a vida toda sem ter um padrão de beleza negro para se espelhar, acaba sendo muito mais fácil negar sua etnicidade e tentar se aproximar ao máximo a esse padrão de beleza branco que foi previamente estabelecido. Ao negar à mulher negra o direito de se afirmar etnicamente através da sua estética, você nega a ela também o direito de ter uma outra concepção de mundo, uma outra concepção de belo, uma outra concepção de realidade. Numa sociedade marcada pelo racismo como a nossa, se afirmar enquanto negro é muito difícil, acaba parecendo mais fácil negar. A despeito disso, eu não nego. Eu sou uma mulher negra.*

Neste depoimento, fica evidente o discurso de resistência que a população negra precisa assumir para se afirmarem como cidadãos em nossa sociedade. Ao reconhecer-se como negro, sabendo da discriminação e do preconceito, o jovem acaba atuando de maneira a resistir a uma violência simbólica vinda de todos os lados: das relações de emprego, da mídia, da cultura hegemônica.

O documentário segue com imagens de mulheres negras com o fundo musical de “Eu sou neguinha?”, composta por Caetano Veloso e gravada por Vanessa Da Mata. Em seguida, o depoimento de Vivian Souza Meira (Fejunes) aborda outras formas de violência simbólica e representações da mulher negra na sociedade.

*A mulher hoje pobre, preta e jovem sofre um quadro pela discriminação. Seja pela sua própria condição de mulher, da qual o homem se coloca numa condição de superior, seja pela condição de pobreza, seja pela condição de cor, da qual muitas mulheres brancas se sobressaem sobre as negras né nessa cultura que a gente vive, e também a consideração quanto à questão de idade. Uma mulher pobre, preta e jovem ela tem um lugar na sociedade geralmente associado à questão da sexualidade. As meninas, consideradas muitas*

*vezes, “cocotinhas”, têm seus espaços. E quando elas não estão associadas à sexualidade, geralmente seus espaços estão vinculados a espaços como a cozinha, locais de limpeza, haja vista a construção histórica da própria população negra, né. As mulheres no período de escravidão, seus lugares eram estritamente vinculados à questão doméstica. E aí quando a gente traz para as condições de inserção no mercado de trabalho, a mulher preta hoje, ela se encontra na subcondição, ou seja, ela, além de ela estar abaixo dos homens – abaixo do homem preto e abaixo da mulher branca. Hoje há estudos que identificam que a mulher preta ela recebe um quarto do salário de um homem branco hoje no mercado e as suas condições de inserção são extremamente precarizadas. Aí assim, é muito comum você ver em prédios residenciais de altas classes, as mulheres pretas saindo e entrando, mas na condição simplesmente de diaristas, domésticas, mas quase nunca você vai ver uma mulher preta dessas saindo como uma proprietária de uma residência dessas.*

Finalizando o documentário, é mostrado o trecho do poema *Meu sonho não faz silêncio* do poeta baiano José Carlos Limeira: “Meu sonho não faz silêncio/ E a ninguém caberá calá-lo/ Trago-o como herança que me mantém desperto/ Como essa cor não traduzida em versos”. Em seguida, o vídeo documentário encerra com imagens das comunidades, de jovens andando pelas ruas, de grupos de dança de rua, do grafite, de DJs de *hip hop*, de barracos, etc., ao som de Racionais MC’s, *A vida é um desafio*. Essas manifestações culturais representam uma cultura marginalizada, porém, uma cultura que une as comunidades e que fortalece as identidades sociais dos indivíduos que a elas pertencem.

## Considerações finais

Como argumenta Stuart Hall (1997) a respeito das representações, os significados são construídos pelas pessoas, de acordo com o contexto social e histórico das sociedades. Assim, a sociedade que construiu, ao longo de séculos, as representações sociais dos negros como bandidos ou mão de obra desqualificada, é resultado de séculos de escravidão e da atual situação de desigualdade social e racial. Essa desigualdade, no entanto, reflete-se nas práticas diárias de exclusão e discriminação vividas por essas populações – principalmente se forem moradores das periferias das cidades.

Essa lógica que torna as manifestações culturais e simbólicas das populações de periferia invisíveis pela mídia hegemônica – que, não

raro, repercute somente situações em que o pobre e o preto estão ocupando o local historicamente “destinado” a eles: a cadeia, o tráfico, a bandidagem – encontra oposição a partir do momento em que grupos sociais organizados utilizam-se dos meios de comunicação à disposição para produzirem um discurso de resistência a essas representações.

Partindo de pressupostos da comunicação popular e comunitária, o CCCP Olho da Rua incentivou jovens de comunidades de Vila Velha-ES a produzirem seus próprios conteúdos e a divulgarem-nos entre os membros das suas comunidades. Um dos projetos foi o vídeo-documentário “Mais um...”, que foi vencedor do prêmio de melhor documentário entregue pela Associação Brasileira de Documentaristas e Curta Metragistas do Rio de Janeiro (ABC&C-RJ) no Festival Visões Periféricas 2009, realizado no Rio de Janeiro. Ele denuncia o alto índice de homicídios de jovens negros e moradores das periferias do estado do Espírito Santo. Discute também o extermínio simbólico da cultura negra, a partir da desvalorização e da negação de suas diversas formas de manifestação cultural. O filme explora ainda o problema do mito da democracia racial, o estabelecimento de padrões de beleza brancos e a condição da mulher negra na nossa sociedade.

Assim como os outros produtos desenvolvidos pelas ações do CCCP Olho da Rua, a linguagem do documentário “Mais um...” busca problematizar e denunciar o preconceito e a discriminação racial, ao mesmo tempo em que busca (re)formar subjetividades desse grupo social marginalizado, resgatando a autoestima e tornando-se um meio de se fazer ouvir as vozes geralmente silenciadas pela grande imprensa e excluídas do ciclo hegemônico de cultura.

Dessa forma, o documentário funciona como veículo de resistência e de construção de novas representações sociais. Na medida em que coloca luzes sobre preconceitos e violências vividas por essa população, consegue provocar a reflexão, buscando a mudança na forma como os jovens negros são vistos e tratados nessa sociedade. Ao afirmar-se como negro, o jovem fortalece sua identidade. É preciso que haja mudança na autoestima desses jovens, valorização de sua cultura e, nesse ponto, o documentário “Mais um...” tem um papel importante. Quanto mais se evidencia a violência física ou simbólica, mais forte tornam-se o discurso e a prática de luta contra ela.

## Referências

- BAUMAN, Z. 2005. *Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro, Zahar, 110 p.
- CHARTIER, R. 1991. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, 5(11):173-191. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141991000100010>
- COSTA, L.M. 2013. O genocídio dissimulado. Disponível em: [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o\\_genocidio\\_dissimulado](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o_genocidio_dissimulado). Acesso em: 15/01/2014.
- ESCOSTEGUY, A.C.D. 2001. *Cartografias dos estudos culturais: uma versão latino-americana*. Autêntica, Belo Horizonte, 239 p.
- GOHN, M. da G.M. 2003. *Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização*. 3ª ed., São Paulo, Cortez, 172 p.
- HALL, S. 1997. The Work of Representation. In: S. HALL (org.), *Representation Cultural Representations and Signifying Practices*. Disponível em: [http://www.sagepub.com/upm-data/55352\\_Hall\\_ch\\_1.pdf](http://www.sagepub.com/upm-data/55352_Hall_ch_1.pdf). Acesso em: 19/01/2014.
- IPEA. 2013a. 4º Boletim de Análise Político Institucional 2013. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim\\_analise\\_politico/1301017\\_boletim\\_analisepolitico\\_04.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim_analise_politico/1301017_boletim_analisepolitico_04.pdf). Acesso em: 14/01/2014.
- IPEA. 2013b. Boletim de Análise Político-Institucional: participação, democracia e racismo? Daniel Cerqueira. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim\\_analise\\_politico/1301017\\_bapi4\\_daniel\\_racismo.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/boletim_analise_politico/1301017_bapi4_daniel_racismo.pdf). Acesso em: 14/01/2014.
- IPEA. 2013c. Lançamento: Boletim de Análise Político-Institucional. 2013. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=20267](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20267). Acesso em: 14/01/2014.
- KAPLUN, M. 1996. *El comunicador popular*. Buenos Aires, Editorial Lumen-Hvmanitas, 263 p.
- MELO, J.M.; GOBBI, M.C.; SATHLER, L.; WORLD ASSOCIATION FOR CHRISTIAN COMMUNICATION. 2006. *Mídia Cidadã, utopia brasileira*. São Bernardo do Campo, Universidade Metodista de São Paulo, 247 p.
- NICHOLS, B. 2005a. A voz do documentário. In: F.P. RAMOS (org.), *Teoria contemporânea do cinema*. São Paulo, Senac São Paulo, 328 p.
- NICHOLS, B. 2005b. *Introdução ao documentário*. Campinas, Papirus, 270 p.
- PERUZZO, C.M.K. 2004. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. 3ª ed., Petrópolis, Vozes, 342 p.
- PERUZZO, C.M.K. [s.d.]. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. Disponível em: <http://www.metodista.br/pos-com/cientifico/publicacoes/docentes/artigos/artigo-0019/>. Acesso em: 02/11/2013.
- OLHO DA RUA. [s.d.]a. Apresentação. Disponível em: <http://olhodarua.org/quem-somos/apresentacao>. Acesso em: 19/01/2014.
- OLHO DA RUA. [s.d.]b. Missão. Disponível em: <http://olhodarua.org/quem-somos/missao>. Acesso em: 19/01/2014.

- OLHO DA RUA. [s.d.].c. Princípios. Disponível em: <http://olhodarua.org/principios>. Acesso em: 19/01/2013.
- OLHO DA RUA. 2010a. Mais um – Parte 1. Youtube, 08 ago. 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xORoedFD-fw>. Acesso em: 23/01/2014.
- OLHO DA RUA. 2010b. Mais um – Parte 2. Youtube, 08 ago. 2010. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K5sm6KiZF5Y>. Acesso em: 24/01/2014.
- PERUZZO, C.M.K. 2009. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. *Revista Galáxia*, 17:131-146.
- SCHERER-WARREN, I. 2006. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, 21(1):109-130. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922006000100007>

Submetido: 10/02/2014

Aceito: 14/08/2014